



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+ 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Ata da reunião do Grupo de Trabalho da subdivisão insular 25 de Outubro de 2017 – Santiago de Compostela

No início da reunião, o Presidente do grupo de trabalho Cleofé Carballo (Cofradia de Corralejo) agradeceu a todos os participantes pela sua presença. Os trabalhos iniciaram-se com a aprovação da ordem de trabalhos, em que a pré-configuração das RUPs deu início à reunião, seguida pela intervenção do Liberato Fernandes (Porto de Abrigo) através de uma apresentação intitulada 'Gestão Sustentável, Inclusiva e Transparente: Uma experiência – Açores'.

Acresce ainda a inclusão da questão das quotas de demersais nos Açores. Posteriormente, a pedido de Jorge Gonçalves (APEDA), foi incluída a discussão relativamente ao atum-rabilho na ordem de trabalhos. Por último, a ordem de trabalhos foi aprovada com a presente configuração.

Pré-configuração das RUPs:

Os trabalhos iniciaram-se com a discussão da pré-configuração das RUPs, em que o seu presidente, Cleofé Carballo (Cofradia de Corralejo), leu para todos os intervenientes a proposta da sua organização para a composição do comité executivo das RUPs. Acresce ainda que esta proposta foi enviada para as OPs e associações de armadores e pescadores da Madeira e dos Açores, 9 dias anteriores à presente reunião, estando neste momento a aguardar pelas respetivas reações. Relativamente ao impasse entre Canárias e as RUPs francesas quanto à distribuição dos lugares no comité executivo, este foi resolvido.

A representante da UE congratulou os presentes pelo estabelecimento das RUPs, aguardando novos desenvolvimentos. Os representantes madeirenses e açorianos presentes alegaram desconhecer o documento, argumentando que este não tinha sido enviado para as respetivas entidades e que, portanto, necessitariam de tempo para analisar a proposta. António Laurénio (APISJ, sendo que representava igualmente a Fed. Pesc. Açores) declara que o documento está em vias de ser aprovado, estando apenas à espera de que este seja aprovada em sede de assembleia geral numa votação junto dos seus associados. Da parte de Pedro Melo (ACPA), alega que não foi notificado atempadamente do documento de Canárias quanto às RUPs e que necessita de tempo adicional para analisá-lo. José António (AAPAP) revela que da sua parte, é necessário rever o artigo com mais cuidado pois no dia da reunião, ainda não tinha analisado o documento. Por último, Portela Rosa (VIANAPESCA) realça que a existência das CC-RUPs leva necessariamente ao término do grupo de trabalho da subdivisão insular.

Acresce ainda as deliberações de Liberato Fernandes (Porto de Abrigo) relativamente ao estabelecimento das RUPs. Acrescenta que o CC RUP terá sérias dificuldades em emitir pareceres sobre a gestão de recursos pesqueiros, cujas unidades populacionais não são comuns e cujo acompanhamento científico é efetuado por entidades distintas (caso particular das RUPs francesas cuja dispersão geográfica é vasta). Neste ponto, revelaram-se duas posições na reunião: os que consideraram não se justificar a formação do CC RUP, como a Porto de Abrigo e a UMAR, e as entidades que, embora tenham mérito na formação de tal Concelho Consultivo, consideram que devem manter-se no CC Sul de forma a poderem participar ativamente na gestão dos recursos



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+ 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

pesqueiros na área coberta pelo CC Sul, mantendo-se ou não no Grupo Insular. Tal situação foi expressa por José António Fernandes (AAPAP), opinião partilhada por outros representantes açorianos, contrariando a opinião de Portela Rosa (VIANAPESCA).

Apresentação de Liberato Fernandes: Gestão Sustentável, Inclusiva e Transparente: Uma experiência – Açores

A intervenção pautou-se pela avaliação do setor das pescas nos Açores, desde recursos humanos envolvidos no setor, a esforço de pesca, capturas de pescado e quotas, entre outros. A apresentação levou a uma discussão sobre diferentes temas, nomeadamente:

- Normas em redor da pesca lúdica;
- Diferenças no tamanho mínimo de captura entre Açores e continente português;
- Quotas de demersais (imperador, alfonsinho, etc.);
- Métodos de captura sustentáveis, tais como utilizados pela frota atuneira açoriana e madeirense, não deveriam ser sujeitas a quotas;
- Estabelecimento de um período de transição entre a passagem de pesca desportiva para pesca profissional e vice-versa de modo a que a contabilização de esforço de pesca e capturas seja registado equitativamente.

Após a intervenção, os assuntos debatidos nesta foram discutidos. Cleofé Carballo (Cofradia de Corralejo) alega que quotas por arquipélago são um ‘sonho’, muitíssimo difíceis pois as quotas são atribuídas por país. Apesar de concordar com maiores restrições ao exercício da pesca lúdica, reconhece que é muito complicado controlar esta atividade, sendo também um problema para o setor profissional em Canárias.

De seguida, Liberato Fernandes (Porto de Abrigo) defende a sua posição quanto às épocas de defeso, em que estas devem incidir sobre os pescadores profissionais e igualmente pelos não-profissionais. Acresce ainda a sua posição quanto à forma como um pescador é tratado, muitas vezes como um ‘criminoso’ e que esta prática tem de deixar de ser habitual e passarmos a incluir e a tratar todos os profissionais da pesca com dignidade, respeito e consideração.

Da parte da representante da UE, existe posições comuns quanto à monitorização da pesca lúdica. Argumento que concorda com a visão do CC Sul quanto à problemática da pesca lúdica, sendo necessário controlar este segmento da pesca.

Demersais – Açores:

Liberato Fernandes (Porto de Abrigo) argumenta que as espécies imperador e abrótea do alto deverão ser retiradas as quotas pois estas espécies são alvos de uma pesca seletiva, de pequena autonomia e, portanto, apenas costeira.

A opinião dos membros açorianos é que a quota de Goraz deverá ser aumentada de modo a ser possível capturar maiores quantidades de pescado. O presidente do CC Sul argumenta que pedir aumentos de quota apenas com a visão do setor, sem incluir estudos da comunidade científica, será



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+ 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

infrutífero pois são necessárias razões plausíveis para um possível aumento da quota. Assim, é contra a elaboração de uma proposta de aumento de quota pelas razões anteriores.

De forma idêntica, António Laurénio (APISJ, sendo que representava igualmente a Fed. Pesc. Açores) concorda com a opinião do presidente do CC Sul, na medida em que a elaboração de um documento a pedir quota adicional sem pareceres científicos será infrutífera.

Captura de atum-rabilho:

Jorge Gonçalves (APEDA) pediu para que o presente assunto fosse debatido. A sua intervenção foi no sentido de alertar os membros do grupo de trabalho em relação às normas em vigor. Declara que, dada às melhorias do stock no Atlântico Norte, a pesca dirigida desta espécie deveria ser autorizada. Requisita o auxílio de Canárias para colaborar neste aspeto, com vista a atingir o objetivo de ser possível fazer pesca dirigida a atum-rabilho e não apenas acessoriamente como está em vigor. Acresce ainda a crítica que é endereçada às entidades que fazem o controlo das capturas desta espécie, ao alegar que o processo que envolve a captura é demasiado complexo, sendo necessário uma simplificação de modo a torná-lo menos burocrático.